

---

## Procuradores dizem que não pretendem deixar de investigar

Os procuradores da República e promotores de Justiça anunciaram nesta segunda-feira (21/6) que continuarão investigando, seja qual for o resultado do julgamento do inquérito 1968, no Supremo Tribunal Federal. A declaração foi feita durante a etapa paulista do Dia Nacional de Mobilização, para afirmar o repúdio à tentativa de impedir a condução de investigações criminais pelo MP.

“Independentemente do que o Supremo decidir e, registre-se aqui, que isso não é um ato de desobediência, vou continuar investigando. Faz parte da vida e é inerente ao ser humano, pesquisar, inquirir e isso está na gente. Sem investigação não há verdade e sem verdade não há Justiça”, disse o procurador da República Silvio Luís Martins de Oliveira às cerca de 150 pessoas que estavam no auditório da PR-SP.

“Nenhum de nós pretende parar com as investigações em curso”, registrou a procuradora Regional da República Janice Ascari. A procuradora Regional da República, Luiza Cristina Frischeisen, representante da Associação Nacional dos Procuradores da República lembrou que tal posição do MP paulista é fruto de outras decisões do STF, que tem analisado a questão caso a caso.

Luiza Cristina citou como exemplo um caso grave de abuso sexual e tortura contra um internado de uma instituição para adolescentes em Goiás, cujas investigações foram realizadas pelo Ministério Público.”O MP instaurou sindicância e ofereceu a denúncia, que foi aceita. Em seguida, a defesa impetrou um Habeas Corpus, alegando que o MP não pode conduzir a ação penal, e o STF decidiu favoravelmente ao MP, inclusive com voto favorável do atual presidente da suprema corte, Nelson Jobim”.

### **Ato em defesa da democracia”**

Membros do Ministério Público Estadual de São Paulo compareceram ao evento paulista do Dia Nacional de Mobilização, que contou ainda com as presenças do procurador-Geral de Justiça, Rodrigo Rabelo Pinho, e de seu antecessor, Luiz Antonio Guimarães Marrey. Pinho.

O promotor de Justiça José Carlos Cosenzo, da Associação Paulista do Ministério Público, realçou que a ação de hoje não era corporativista. “Uma aliada da sociedade não pode ser temida. Queremos simplesmente defender a sociedade do jeito que a sociedade quer que a defendamos”.

O juiz federal José Marcos Lunardelli, presidente da Associação dos Juízes Federais dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, frisou que o ato de hoje “não era um ato em defesa de uma corporação, mas de toda uma sociedade, da democracia”.

O representante da Ajufe em São Paulo, juiz federal Miguel Florestan Neto, disse que pesquisa no site da entidade aponta que mais de 80% dos juízes federais do Brasil entendem que o MP deve ter o direito de conduzir investigações. “O poder de investigar do MP só atrapalha os que cometem crimes”, frisou.

Um dos momentos mais aplaudidos do ato foi a leitura da nota de apoio do jurista Hélio Bicudo, vice-prefeito de São Paulo, à atuação do MP quando investiga e instaura a ação penal.

Na nota, Bicudo lembrou que as investigações sobre o esquadrão da morte, em plena ditadura militar, foram promovidas pelo Ministério Público e que as “objeções à ação investigativa do Parquet perante o STF foram rejeitadas em históricos pronunciamentos dessa alta Corte de Justiça”.

**Date Created**

22/06/2004